

Rio Sul 1 Energia Ltda. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Rio Sul 1 Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Sul 1 Energia Ltda. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rio Sul 1 Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 6 de abril de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº 1 RS 060571/O-0

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| ATIVO | Nota | Controladora | | Consolidado | | PASSIVO | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|------|----------------|----------------|------------------|------------------|--|------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 2.498 | 382 | 80.339 | 91.636 | Fornecedores | 12 | 1 | 1 | 2.393 | 1.907 |
| Contas a receber de clientes | 6 | - | - | 55.352 | 49.651 | Contas a Pagar | 16 | - | - | 40.398 | 25.844 |
| Despesas antecipadas | | - | - | 1.574 | 1.714 | Financiamentos | 13 | - | - | 68.019 | 51.208 |
| Impostos a recuperar | 7 | 41 | 86 | 257 | 1.137 | Debentures | 14 | - | - | 50.535 | 51.303 |
| Outros Créditos | | - | - | 84 | 150 | Impostos a recolher | | 3 | 1 | 2.345 | 2.800 |
| Total | | 2.539 | 468 | 137.606 | 144.288 | Partes relacionadas | 22 | - | - | 6.374 | 8.045 |
| | | | | | | Provisão IRPJ e CSLL | 9 | - | - | 2.614 | 3.938 |
| Não Circulante | | | | | | Outras obrigações | | - | - | 1.680 | 905 |
| Outros Créditos | | - | - | 287 | 263 | Provisão | | - | - | 650 | 650 |
| Aplicações Financeiras Vinculadas | 8 | - | - | 55.872 | 46.830 | Arrendamento | 17 | - | - | 411 | 105 |
| IRPJ e CSLL Diferidos | | - | - | 1.045 | 709 | Dividendos a pagar | 22 | - | - | 12.388 | 10.284 |
| Contas a Receber | 6 | - | - | 9.131 | 3.727 | Total | | 4 | 2 | 187.807 | 156.989 |
| Impostos a recuperar | 7 | 162 | 74 | 1.331 | 5.265 | | | | | | |
| Dividendos a Receber | | 49.549 | 43.107 | - | - | Não Circulante | | | | | |
| Investimento | 10 | 389.453 | 383.531 | - | - | Financiamentos | 13 | - | - | 251.020 | 308.850 |
| Arrendamento | 17 | - | - | 4.842 | 4.201 | Contas a Pagar | 16 | - | - | 5.125 | 1.326 |
| Imobilizado | 11 | - | - | 961.310 | 1.017.150 | Debentures | 14 | - | - | 167.838 | 206.060 |
| Intangível | | - | - | 103 | 108 | Arrendamento | 17 | - | - | 4.917 | 4.415 |
| Total | | 439.164 | 426.712 | 1.033.921 | 1.078.253 | Provisão para Desmobilização | 11.3 | - | - | 15.759 | 21.347 |
| | | | | | | Total | | - | - | 444.659 | 541.998 |
| | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| | | | | | | Capital social | 18 | 296.258 | 296.258 | 296.258 | 296.258 |
| | | | | | | Reservas de lucro | 18 | 145.441 | 130.920 | 145.441 | 130.920 |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido controladora | | 441.699 | 427.178 | 441.699 | 427.178 |
| | | | | | | Participação dos não controladores | | - | - | 97.362 | 96.376 |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 441.699 | 427.178 | 539.061 | 523.554 |
| | | 441.703 | 427.180 | 1.171.527 | 1.222.541 | TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 441.703 | 427.180 | 1.171.527 | 1.222.541 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

Demonstrações de Resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita Operacional Líquida | 19 | - | - | 366.753 | 326.525 |
| Custo da Operação | 20 | - | - | (146.176) | (132.698) |
| LUCRO BRUTO | | - | - | 220.577 | 193.827 |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | | | | |
| Gerais e administrativas | 20 | (158) | (165) | (12.527) | (11.215) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 20 | - | - | 4.433 | 4.517 |
| Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro | | (158) | (165) | 212.483 | 187.129 |
| Receitas financeiras | 21 | 246 | 164 | 5.194 | 2.373 |
| Despesas financeiras | 21 | (12) | (17) | (45.273) | (42.352) |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 10 | 101.068 | 86.344 | - | - |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | | 101.144 | 86.326 | 172.404 | 147.150 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 9 | | | | |
| Corrente | | (13) | - | (46.342) | (39.540) |
| Diferido | | - | - | 336 | 300 |
| Lucro Líquido do Exercício | | 101.131 | 86.326 | 126.398 | 107.910 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Participação Controladores | | 101.131 | 86.326 | 101.131 | 86.326 |
| Participação dos não Controladores | | - | - | 25.267 | 21.584 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R\$)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|---------------|--------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Lucro Líquido do Exercício | 101.131 | 86.326 | 126.398 | 107.910 |
| Outros Resultados Abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado Abrangente do Exercício | 101.131 | 86.326 | 126.398 | 107.910 |
| Resultado Abrangente total atribuído a: | | | | |
| Participação Controladores | 101.131 | 86.326 | 101.131 | 86.326 |
| Participação dos não Controladores | - | - | 25.267 | 21.584 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA E CONTROLADAS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| | Nota | Reservas de Lucro | | | Lucros Acumulados | Total | Participação não controladores | Total |
|--|------|-------------------|---------------|------------------|-------------------|----------------|--------------------------------|----------------|
| | | Capital Social | Reserva Legal | Reserva Especial | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | | 296.258 | 10.255 | 50.339 | - | 356.852 | 87.387 | 444.239 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 86.326 | 86.326 | 21.584 | 107.910 |
| Constituição de reserva legal | | - | 4.316 | - | (4.316) | - | - | - |
| Constituição de reserva especial | | - | - | 82.010 | (82.010) | - | - | - |
| Destinação de Dividendos | | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição de Dividendos | | - | - | (16.000) | - | (16.000) | (12.595) | (28.595) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | 296.258 | 14.571 | 116.349 | - | 427.178 | 96.376 | 523.554 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 101.131 | 101.131 | 25.267 | 126.398 |
| Constituição de reserva legal | 18 | - | 5.057 | - | (5.057) | - | - | - |
| Constituição de reserva especial | 18 | - | - | 96.074 | (96.074) | - | - | - |
| Destinação de Dividendos | 18 | - | - | - | - | - | (24.281) | (24.281) |
| Distribuição de Dividendos | 18 | - | - | (86.610) | - | (86.610) | - | (86.610) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | | 296.258 | 19.628 | 125.813 | - | 441.699 | 97.362 | 539.061 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

| Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | | |
| Lucro líquido do Exercício | 101.131 | 86.326 | 126.335 | 107.910 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | | | |
| Imposto de renda e Contribuição social | 9 | 13 | 46.342 | 39.240 |
| Créditos de Impostos | - | - | (1.437) | (1.453) |
| Juros sobre a Dívida | 21 | - | 42.969 | 39.795 |
| Rendimento de aplicações financeiras vinculadas | - | - | - | (515) |
| Despesas (Receitas) Financeiras | - | - | - | 309 |
| Equivalência Patrimonial | 10 | (101.068) | 63 | - |
| Depreciação e amortização | 11 | - | 52.098 | 51.521 |
| Amortização Desmobilização | 11 | - | 1.033 | 757 |
| Despesas Financeiras com Desmobilização | 21 | - | 460 | 446 |
| Despesas Finan. Arrendamento | 21 | - | 588 | 469 |
| Depreciação e amortização de Arrendamentos | 17 | - | 237 | 309 |
| | | 76 | (18) | 268.688 |
| | | | | 238.788 |
| Variações nos ativos e passivos operacionais: | | | | |
| Aplicações Financeiras | - | 609 | - | 3.834 |
| Contas a receber de clientes | - | - | (11.105) | (3.454) |
| Outros Créditos | - | - | 45 | 128 |
| Impostos a recuperar | (45) | 1 | 4.476 | 1.708 |
| Despesas antecipadas | - | - | 140 | (554) |
| Fornecedores | (1) | - | 489 | 204 |
| Contas a pagar | - | - | 18.353 | (39.869) |
| Impostos a recolher | (2) | (9) | (7.844) | (63) |
| Partes Relacionadas | - | - | (1.676) | (1.263) |
| Outras obrigações e contas a pagar | - | - | 776 | 26 |
| Desmobilização | - | - | - | - |
| | | 28 | 583 | 272.342 |
| | | | | 199.485 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | 9 | (7) | (40.275) | (34.624) |
| Pagamento de juros | 13/14 | - | (34.465) | (26.385) |
| | | 21 | 583 | 197.602 |
| | | | | 138.476 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | | |
| Dividendos Recebidos | - | 88.705 | 15.762 | - |
| Aquisição de imobilizado | 11 | - | - | (1.901) |
| | | 88.705 | 15.762 | (1.901) |
| | | | | (358) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | | | |
| Pagamento de financiamentos | 13 | - | - | (40.992) |
| Pagamento de Arrendamento | 17 | - | - | (657) |
| Pagamento de dividendos | 18 | (86.610) | (16.000) | (108.786) |
| Pagamento de Debentures | 14 | - | - | (48.060) |
| Comissionamento | 14 | - | - | 539 |
| Aplicações financeiras vinculadas | - | - | - | (9.042) |
| | | (86.610) | (16.000) | (206.998) |
| | | | | (107.887) |
| Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | | | |
| | | 2.116 | 345 | (11.297) |
| | | | | 30.231 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | - | 382 | 91.636 | 61.405 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | - | 2.498 | 80.339 | 91.636 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RIO SUL 1 ENERGIA LTDA.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais – R\$)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Contexto Operacional

A Rio Sul 1 Energia Ltda. (“Companhia”) é uma sociedade limitada de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, constituída em 10 de dezembro de 2015.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

| Acionistas | <u>Quotas</u> | <u>% de Participação</u> |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|
| Rio Grande Energias Renováveis Ltda. | 296.258.398 | 99,99% |
| José Castelanos Ybarra | <u>2</u> | 0,01% |
| | <u>296.258.400</u> | <u>100%</u> |

A Companhia tem por objeto a promoção, a gestão e a administração de sociedades de toda classe, seja através dos órgãos diretivos, seja através da titularidade de ações e/ou de participações, podendo tais operações serem realizadas de forma direta ou indireta; a aquisição e/ou a subscrição de ações ou de participações em sociedades, no Brasil ou no estrangeiro, dedicadas a atividades de caráter empresarial, cujos títulos sejam ou não cotados em bolsa de valores.

A Companhia é controladora nas seguintes Sociedades de Propósito Específico (“Grupo”), cujo as operações são dedicadas a exploração de energia eólica:

| | <u>Participação em Investidas</u> | |
|--------------------------------|-----------------------------------|-------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| <u>Investidas</u> | | |
| Parques Eólicos Palmares S.A. | 80% | 80% |
| Ventos da Lagoa Energia S.A. | 80% | 80% |
| Ventos do Litoral Energia S.A. | 80% | 80% |
| Ventos dos Índios Energia S.A. | 80% | 80% |
| Ventos do Sul Energia S.A. | 80% | 80% |

a) Licenças e autorizações

Ventos do Sul

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 6131/2014-DL, concedida através do processo administrativo n.º 002714-0567/14-5, emitida em 28/10/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 002898-0567/18-1. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Sul 1 Energia Ltda. e Controladas

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

| Habilitação | Contratos | Local de Geração Município de Osório/RS |
|--|---|--|
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia | Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia | Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006 |
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia | Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006 |

Palmares

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 01115/2016, concedida através do processo administrativo n.º008619-0567/14-4, emitida em 24/10/2018, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 0086619-0567/14-4. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 767, de 23 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Palmares, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 24.12.2002, seção1, p.259 v. 139, n.248.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

| Habilitação | Contratos | Local de Geração: Município de Palmares do Sul/RS |
|--|---|---|
| Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia | Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | Parque Eólico Palmares composto por 4 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de dezembro de 2010 |
| Leilão de Energia de Reserva nº. 002/2009 da ANEEL | Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 090/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | Parque Eólico Fazenda Rosário composto por 4 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de junho de 2011 |
| Leilão de Energia de Reserva nº. 002/2009 da ANEEL | Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 091/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | Parque Eólico Fazenda Rosário 3 composto por 7 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de junho de 2011 |
| Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2010 da ANEEL | Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 109/10, datado de 26 de maio de 2011 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | Parque Eólico Fazenda Rosário 2 composto por 10 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 06 de setembro de 2012 |

Ventos da Lagoa

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO 5040 / 2018-DL, concedida através do processo administrativo n. 9035-05.67/15.3, emitida em 22/08/2018, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 9035-05.67/15.3. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a portaria n.º 702 e 854, de 06 agosto de 2010 e 13 de outubro de 2010, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica Denominada Sangradouro 2 e Sangradouro 3, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 14.10.2010, seção 1, p.61 v. 147, n.197, 09.08.2010, seção 1, p.67 v. 147, n.151.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

| Habilitação | Contratos | Local de Geração: Município de Osório/RS |
|--|---|---|
| Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2009 da ANEEL | Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 096/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | Parque Eólico Sangradouro 2, composto por 13 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h entrou em operação comercial em 03/10/2012 |
| Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2009 da ANEEL | Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 058/09, datado de 5 de novembro de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | Parque Eólico Sangradouro 3, composto por 12 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 01/07/2012. |

Ventos da Litoral

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO 505/ 2020-DL, concedida através do processo administrativo n. 1198-05.67 / 18.7, emitida em 21/02/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 1198-05.67 / 18.7. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a portaria n.º 583 e 125, de 17 junho de 2010 e 23 de fevereiro de 2011, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica Denominada Osório 2 e Osório 3, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 21.06.2010, seção 1, p.145 v. 147, n.116, 24.02.2011, seção 1, p.108 v. 148, n.39.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

| Habilitação | Contratos | Local de Geração: Município de Osório/RS |
|--|--|--|
| Leilão de Energia de Reserva n. 003/2009 da ANEEL | Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 040/09, datado de 25 de agosto de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. | Parque Eólico Osório 2, composto por 12 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 19/12/2012. |
| Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Energia n. 007/2010 da ANEEL | Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) nº 08433/10, datado de 28 de julho de 2011 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. | Parque Eólico Osório 3, composto por 13 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 15/02/2013. |
| z Ventos da Índios | | |

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO 6204/ 2014-DL, concedida através do processo administrativo n. 07991-05.67/14-4, emitida em 03/05/2019, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 07991-05.67/14-4. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a portaria n.º 49 e 387, de 08 fevereiro de 2012 e 26 de junho de 2012, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica Denominada Índios 2 e Índios 3, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 09.02.2012, seção 1, p.45 v. 149, n.29, 28.06.2012, seção 1, p.225 v. 149, n.124.

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

| Habilitação | Contratos | Local de Geração: Município de Osório/RS |
|---|--|---|
| Leilão de Energia de Reserva nº. 003/2011 da ANEEL | Contrato de Energia de Reserva (CER) nº. 145/11, datado de 27 de junho de 2012 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | Parque Eólico dos Índios 2, composto por 13 aerogeradores com capacidade individual de 2,3 MW/h entrou em operação comercial em 16 de dezembro de 2014. |
| Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração nº. 007/2011 da ANEEL | Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), datado de 24 de setembro de 2013 com as empresas titulares de concessão para prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, reguladas e acompanhadas no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | Parque Eólico dos Índios 3, composto por 10 aerogeradores com capacidade individual de 2,3 MW/h entrou em operação comercial em 01 de outubro de 2014. |

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 50.201 em 2021.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes consolidado refere-se as obrigações de financiamentos e debêntures e a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações dos Financiamentos e das debêntures, conforme cronograma estabelecido nos respectivos contratos, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos será suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

Os ativos da companhia seguem em operação, apresentando uma taxa de disponibilidade superior a 99%, que indica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período, mantendo o seu desempenho conforme o esperado e sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados

2.1. Declaração de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 06 de abril de 2022.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada.

Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Grupo avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valor recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

Impostos correntes

A controladora e as controladas são optantes de regimes tributários diferentes, lucro real e lucro presumido, respectivamente:

Lucro Real

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Lucro Presumido

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada com base no Lucro Presumido que é determinado em 8% para venda de energia e 32% para prestação de serviço do exercício, conforme legislação fiscal vigente, acrescido das receitas financeiras. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre esse Lucro Presumido com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.11. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada pelo Grupo é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados aos clientes de acordo com os volumes de energia contratados. As controladas podem em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia é inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia é superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

2.12. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.12.1 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.13. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.14. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

(a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

(b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

- a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:
 - (I) IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros.
 - (II) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
 - (III) Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual.
 - (IV) Alterações a IAS (CPC27) – Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido.
 - (V) Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato
 - (VI) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
 - (VII) Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis.
 - (VIII) Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
 - (IX) Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1 Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício e são ajustadas de forma prospectiva, se necessário.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 15 o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

O Grupo constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como a taxa de desconto, conforme descrito na NE 9.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes do Grupo não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Saldo de caixa e bancos | 16 | - | 188 | 198 |
| Aplicações financeiras para curto prazo | <u>2.482</u> | <u>382</u> | <u>80.151</u> | <u>91.438</u> |
| | <u>2.498</u> | <u>382</u> | <u>80.339</u> | <u>91.636</u> |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

| Agente Financeiro | Tipo de Aplicação | Vencimento | Rentabilidade | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------|-------------------------|------------|---------------------|--------------|------------|---------------|---------------|
| | | | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Banco do Nordeste | BNB AUTOMATICO FI RF | Indefinido | 55,32% do CDI a.a. | 122 | 119 | 122 | 119 |
| Banco Santander | Master Fi Renda Fixa | Indefinido | 97% do CDI a.a. | 2.360 | 263 | 4.797 | 614 |
| Banco Bradesco | Simplex CDB Autom. | Indefinido | 97,75% do CDI a.a. | - | - | 11.490 | 3.069 |
| Banco do Brasil | BB RF LP Corp | Indefinido | 106,34% do CDI a.a. | - | - | 31 | 30 |
| Banco Itaú | ITAU APLIC AUT MAIS | Indefinido | 114,33% do CDI a.a. | - | - | 11.903 | 22.043 |
| Banco Itaú | Soberano RF Simplex Fic | Indefinido | 98,64% do CDI a.a. | - | - | 51.808 | 65.563 |
| | | | | <u>2.482</u> | <u>382</u> | <u>80.151</u> | <u>91.438</u> |

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativos ao fornecimento de energia e serviços, conforme contratos firmados.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Distribuidoras | - | - | 808 | 478 |
| Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A. | - | - | 33.678 | 19.877 |
| CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica | - | - | 22.908 | 27.934 |
| Clientes diversos | - | - | 1.402 | 298 |
| Créditos energia gerada no exercício (a) | - | - | 5.687 | 4.791 |
| Conta a Receber de Clientes | - | - | <u>64.483</u> | <u>53.378</u> |
| Ativo Circulante | - | - | 55.352 | 49.651 |
| Ativo Não Circulante (b) | - | - | 9.131 | 3.727 |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Sul 1 Energia Ltda. e Controladas

- (a) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento de energia com a Eletrobrás no valor de R\$ 5.687 (R\$ 4.791 em 31 de dezembro de 2020), que será faturado de forma linear nos próximos 12 meses;
- (b) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que serão faturadas no próximo quadriênio.

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2021.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| IR a compensar | 197 | 155 | 1.480 | 1.590 |
| CSLL a compensar | 6 | 5 | 102 | 118 |
| PIS a compensar | - | - | - | 823 |
| COFINS a compensar | - | - | - | 3.710 |
| Outros Impostos a compensar | - | - | 6 | 161 |
| | 203 | 160 | 1.588 | 6.402 |
| Circulante | 41 | 86 | 257 | 1.137 |
| Não Circulante | 162 | 74 | 1.331 | 5.265 |

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade do Grupo de gerar tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|--------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL | 162 | 74 | 1.331 | 1.220 |
| Créditos de PIS e COFINS Impugnados (a) | - | - | - | 4.045 |
| | 162 | 74 | 1.331 | 5.265 |

(a) Créditos de Pis e COFINS sobre bens imobilizados na controlada Ventos do Sul Energia S/A

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto contratualmente, para cada uma das controladas foram abertas três contas-correntes distintas vinculadas aos financiamentos obtidos e debêntures emitidas, todas mantidas junto ao Banco Itaú S/A. As aplicações derivadas das contas-correntes do Banco Itaú S/A estão segregadas e apresentamos no ativo não circulante, no montante consolidado de R\$ 55.872 (R\$ 46.830 em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações financeiras vinculadas mantidas no Banco Itaú S/A, correspondem a quotas do Fundo Itaú ITAU TOP DI FIC R, conforme previsto contrato de financiamento, avaliadas de acordo com o valor da quota na data dos encerramentos.

De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES essas contas vinculadas deverão manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 03 meses de principal e juros. Para apurar o valor deve-se considerar a primeira parcela vincenda do principal e acessório da dívida decorrente desses contratos.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O regime de tributação da controladora e da controlada Ventos do Sul Energia S/A é o Lucro Real, as demais controladas adotam o regime de apuração de Lucro Presumido. A despesa com o imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado:

Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|---------------------|-------------|--------------------|-----------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| - | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 101.144 | 86.326 | 172.404 | 147.150 |
| Alíquota combinada de impostos | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa fiscal à alíquota combinada | (34.389) | (29.351) | (58.617) | (50.031) |
| Equivalência Patrimonial | (34.389) | 29.351 | - | - |
| Diferença de Base Fiscal em controladas optantes por Lucro Presumido (a.1) | - | - | 12.611 | 10.767 |
| Outras diferenças permanentes – líquidas | - | - | - | 24 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - | (46.006) | (39.240) |
| Corrente | 13 | - | (46.342) | (39.540) |
| Diferido | - | - | 336 | 300 |
| | <u>13</u> | <u>-</u> | <u>(46.006)</u> | <u>(39.240)</u> |

a.1) Apuração pelo critério do Lucro Presumido: a provisão para imposto de renda e contribuição social apurada pelo critério de Lucro Presumido é baseado na Receita Bruta do exercício sobre a qual é aplicada a alíquota de 8% para IRPJ e 12% para CSLL. O resultado desse cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicada a alíquota.

b) Impostos Diferidos

b.1) O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 refere-se a:

| Ativo diferido | 2021 | | | 2020 | | |
|------------------------|------------|------------|--------------|------------|------------|------------|
| | IR | CS | Total | IR | CS | Total |
| Diferenças Temporárias | 768 | 277 | 1.045 | 521 | 188 | 709 |
| Ativo Não Circulante | <u>768</u> | <u>277</u> | <u>1.045</u> | <u>521</u> | <u>188</u> | <u>709</u> |

| | Realização do ativo diferido |
|-------|------------------------------|
| 2022 | <u>1.045</u> |
| Total | <u>1.045</u> |

10. INVESTIMENTOS

(a) Participação societária nos investimentos

| Companhia | País | Percentual (%) | |
|--------------------------------|--------|----------------|------|
| | | 2021 | 2020 |
| Parques Eólicos Palmares S.A. | Brasil | 80 | 80 |
| Ventos da Lagoa Energia S.A. | Brasil | 80 | 80 |
| Ventos do Litoral Energia S.A. | Brasil | 80 | 80 |
| Ventos dos Índios Energia S.A. | Brasil | 80 | 80 |
| Ventos do Sul Energia S.A. | Brasil | 80 | 80 |

(b) Controladora

Os investimentos são compostos por:

| | Controladora | |
|--|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 |
| Participação em Companhias controladas | | |
| Parques Eólicos Palmares S.A. | 103.062 | 101.155 |
| Ventos da Lagoa Energia S.A. | 94.677 | 94.652 |
| Ventos do Litoral Energia S.A. | 95.596 | 96.366 |
| Ventos dos Índios Energia S.A. | 64.369 | 64.120 |
| Ventos do Sul Energia S.A. | <u>31.749</u> | <u>27.238</u> |
| Total dos investimentos | <u>389.453</u> | <u>383.531</u> |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Sul 1 Energia Ltda. e Controladas

Participação nas investidas:

| Em 31 de dezembro de 2020 | Parques | Ventos da Lagoa | Ventos do Litoral | Ventos dos Índios | Ventos do Sul | Total Investimentos |
|--|------------------|-----------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------------|
| | Eólicos Palmares | | | | | |
| Capital social | 114.116 | 88.701 | 102.901 | 63.641 | 964 | 370.323 |
| Nº ações | 114.116 | 88.701 | 102.901 | 63.641 | 140.964 | 510.323 |
| Participação (%) | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 16.107 | 15.759 | 12.328 | (971) | 65.781 | 109.004 |
| Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 | 126.444 | 118.316 | 120.457 | 80.150 | 34.047 | 479.414 |
| Resultado de participação Investimento | 12.886 | 12.607 | 9.863 | (1.637) | 52.625 | 86.344 |
| | 101.155 | 94.652 | 96.366 | 64.120 | 27.238 | 383.531 |

| Em 31 de dezembro de 2021 | Parques | Ventos da Lagoa | Ventos do Litoral | Ventos dos Índios | Ventos do Sul | Total Investimentos |
|--|------------------|-----------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------------|
| | Eólicos Palmares | | | | | |
| Capital social | 114.116 | 88.701 | 102.901 | 63.641 | 964 | 370.323 |
| Nº ações | 114.116 | 88.701 | 102.901 | 63.641 | 140.964 | 510.323 |
| Participação (%) | 80 | 80 | 80 | 80 | 80 | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 19.115 | 15.991 | 13.578 | 594 | 77.058 | 126.336 |
| Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 | 128.828 | 118.346 | 119.495 | 80.461 | 39.686 | 486.816 |
| Resultado de participação Investimento | 15.292 | 12.793 | 10.862 | 475 | 61.646 | 101.068 |
| | 103.062 | 94.677 | 95.596 | 64.369 | 31.749 | 389.453 |

A movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial, segue demonstrada abaixo:

| | Controladora | |
|--------------------------|--------------|----------|
| | 2021 | 2020 |
| Saldo Inicial | 383.531 | 349.568 |
| Dividendos | (95.146) | (52.381) |
| Equivalência patrimonial | 101.068 | 86.344 |
| Saldo Final | 389.453 | 383.531 |

11. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

Consolidado

| | Taxas anuais de depreciação e amortização % | 2021 | | 2020 | |
|---|---|------------------|-------------------------------------|----------------|------------------|
| | | Custo | Depreciação e amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Administração central: | | | | | |
| Computadores | 20% | 1.532 | (1.412) | 120 | 169 |
| Móveis e utensílios | 10% | 1.016 | (886) | 130 | 177 |
| Instalações | 10% | 300 | (177) | 123 | 149 |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | 8.334 | (3.678) | 4.656 | 3.517 |
| Veículos | 20% | 434 | (390) | 44 | 131 |
| Operação do sistema: | | | | | |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2,81% | 406.166 | (136.771) | 269.395 | 282.696 |
| Máquinas e equipamentos | 3,11% | 1.244.756 | (570.230) | 674.526 | 710.913 |
| Desmobilização | | 14.410 | (2.094) | 12.316 | 19.398 |
| | | 1.676.948 | (715.638) | 961.310 | 1.017.150 |

Consolidado

| | Imobilizações em Andamento | Edificações, Obras Civis, Benfeitorias e Outros | Máquinas e Equipamentos | Total |
|--|----------------------------|---|-------------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 126 | 309.181 | 754.347 | 1.063.655 |
| Adições | - | 358 | - | 358 |
| Transferências | (109) | 109 | - | - |
| Outros (crédito PIS/COFINS) | (17) | 17 | 1.437 | 1.437 |
| Desmobilização | - | 2.287 | 1.749 | 4.036 |
| Amortização Desmobilização | - | (382) | (439) | (821) |
| Depreciação do exercício | - | (14.105) | (37.411) | (51.516) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | 297.465 | 719.684 | 1.017.150 |
| Adições | 234 | 1.667 | - | 1.901 |
| Transferências | (234) | 234 | - | - |
| Baixa Desmobilização | - | (3.594) | (2.453) | (6.047) |
| Outros (crédito PIS/COFINS) | - | - | 1.437 | 1.437 |
| Amortização Desmobilização | - | (485) | (548) | (1.033) |
| Depreciação do exercício | - | (14.275) | (37.823) | (52.098) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | - | 281.012 | 680.297 | 961.310 |

11.1. Ativos em garantia

As máquinas e equipamentos, que se referem aos Aerogeradores, com valor residual contábil de R\$ 680.297 (R\$ 719.684 em 31 de dezembro de 2020), foram vinculados a garantia fiduciária dos financiamentos obtidos através do BNDES e Debenturistas (vide notas explicativas nº. 13 e 14). As controladas não têm permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

11.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

O Grupo avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

11.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R\$ 15.759 (R\$ 21.347 em 2020).

| Provisão Desmobilização | Consolidado |
|--|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 21.347 |
| Despesa Financeira | 459 |
| Atualização de Provisão | (6.047) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 15.759 |

12. FORNECEDORES

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> | <u>2021</u> | <u>2022</u> |
| Fornecedores | 1 | 1 | 2.393 | 1.907 |

13. FINANCIAMENTOS

A posição geral consolidada dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

| | Encargos de | Vencimento | Circulante | | Não circulante | |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------|-----------------------|----------------|
| Instituição financeira | juros (a.a.) | Final | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| BNDES | TJLP + 2,34% | 2029 | 68.019 | 51.208 | 251.020 | 308.550 |
| | | | 68.019 | 51.208 | 251.020 | 308.550 |

| Consolidado | | |
|--|----------------|----------------|
| Mapa de Movimentação de Empréstimos | | |
| | 2021 | 2020 |
| Saldo Inicial | 360.058 | 375.087 |
| Apropriação de Juros | 23.773 | 25.837 |
| Amortização Principal | (40.992) | (24.638) |
| Amortização Juros | (23.800) | (16.228) |
| Saldo Final | 319.039 | 360.058 |

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

Consolidado

| | |
|--------------|-----------------------|
| 2023 | 40.775 |
| 2024 | 40.597 |
| 2025 | 40.399 |
| 2026 | 40.510 |
| 2027 | 40.119 |
| 2028 e 2029 | 48.620 |
| Total | <u>251.020</u> |

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES para efetivação dos projetos nas controladas, distribuídos em curto e longo prazo conforme o prazo de carência e de vencimento.

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES cada uma das controladas está sujeita as seguintes clausulas financeiras restritivas:

Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, além do mínimo legal previsto no artigo 202, parágrafo segundo, da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, salvo se observado, cumulativamente, os itens abaixo:

- efetuada após 31 de dezembro de 2017,
- verificada a Conclusão do Projeto;
- efetuada no período compreendido entre abril e dezembro do respectivo ano civil;
- preenchida a "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e a "Conta Reserva de O&M" (aplicação financeira vinculada, nota nº 8), na forma do Contrato mencionado no Inciso I da Cláusula Décima;
- atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), no exercício anterior, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado no referido Inciso de 1,3;

f) comprovada a geração consolidada, composta pela soma da geração das SPE's:

f.1) PARQUES EÓLICOS PALMARES S.A. - central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO, da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 2, e da central geradora eólica denominada EOL FAZENDA ROSÁRIO 3, de, no mínimo, 128.500 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.

f.2) VENTOS DA LAGOA ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL SANGRADOURO 2 e da central geradora eólica denominada EOL SANGRADOURO 3, de, no mínimo, 125.300 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.

f.3) VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 2 e da central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 3, de, no mínimo, 131.800 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.

f.4) VENTOS DOS ÍNDIOS ENERGIA S.A. - central geradora eólica denominada EOL PARQUE EÓLICO DOS ÍNDIOS 2 e da central geradora eólica denominada EOL PARQUE EÓLICO DOS ÍNDIOS 3, de, no mínimo, 145 GW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores.

A Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas mencionadas, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2021.

14. DEBÊNTURES

A controlada Ventos do Sul Energia S/A. realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R\$325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2021 foi efetivada a quinta amortização de debentures.

Abaixo é demonstrado a abertura e movimentação das debêntures:

| Abertura e Saldos das Debêntures | | | | | | | |
|----------------------------------|----------------|------------|------------|-------------------|--------------------|----------------|---------|
| Emissão | Taxas de Juros | Vencimento | Captação | Custo a apropriar | Saldo de Principal | Saldo de Juros | Total |
| 1ª Emissão - 1ª Série | CDI + 0,75% | 31/12/2025 | R\$227.000 | (642) | 148.073 | 672 | 148.103 |
| 1ª Emissão - 2ª Série | IPCA + 3,25% | 31/12/2025 | R\$98.000 | (1.380) | 71.541 | 109 | 70.270 |
| | | | R\$325.000 | (2.022) | 219.614 | 781 | 218.373 |

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|------------------|-----------------------|-----------------------|
| Circulante | 50.535 | 51.303 |
| Não Circulante | <u>167.838</u> | <u>206.060</u> |
| Total Debêntures | <u><u>218.373</u></u> | <u><u>257.363</u></u> |

14.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

A controlada Ventos do Sul Energia S/A classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

| <u>Ano de vencimento</u> | <u>Valor</u> |
|------------------------------|-----------------------|
| 2023 | 53.069 |
| 2024 | 56.471 |
| 2025 | <u>58.298</u> |
| Total Passivo não Circulante | <u><u>167.838</u></u> |

14.2 Mutações das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures

| | |
|-------------------------------|-----------------------|
| Saldo inicial - 31/12/2019 | 296.977 |
| Juros Incorridos | 13.958 |
| Amortização de debêntures | (43.988) |
| Amortização de juros | (10.158) |
| Custo de Captação a apropriar | <u>575</u> |
| Saldo final - 31/12/2020 | 257.363 |
| | |
| Juros Incorridos | 19.196 |
| Amortização de debêntures | (48.060) |
| Amortização de juros | (10.665) |
| Custo de Captação a apropriar | <u>539</u> |
| Saldo final - 31/12/2021 | <u><u>218.373</u></u> |

14.3 Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A controlada Ventos do Sul Energia S/A emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

- i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
- ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);
- iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
- v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/2021 a controlada cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Gestão do risco de capital

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamento detalhados na nota explicativa nº. 13 e 14, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 18).

15.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

- (a) A dívida refere-se a empréstimos de curto e longo prazos e debentures, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 13 e 14.
- (b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

| | Consolidado | |
|---|--------------------|---------|
| | 2021 | 2020 |
| Dívida (a) | 537.412 | 617.421 |
| Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b) | 136.211 | 138.466 |
| Dívida líquida | 401.201 | 478.955 |
| Patrimônio líquido (c) | 539.061 | 523.554 |
| Índice de endividamento líquido | 0,74 | 0,91 |

- (a) A dívida é definida como financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº 12.
- (b) O valor é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

15.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

| Ativos Financeiros | Nível | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| | | Valor contábil e valor justo | Valor contábil e valor justo | Valor contábil e valor justo | Valor contábil e valor justo |
| <u>Valor justo por meio do resultado</u> | | | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 2 | 2.498 | 382 | 80.339 | 91.636 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 2 | | | 55.872 | 46.830 |

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021 E 2020 - Rio Sul 1 Energia Ltda. e Controladas

| Ativos Financeiros | Nível | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|-------|---------------------|---------------------|--------------------------|--------------------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Custo Amortizado | | | | | |
| Contas a Receber Geração de Energia | - | Valor Contábil - | Valor Contábil - | Valor Contábil 64.483 | Valor Contábil 53.378 |
| Total dos ativos financeiros | | 2.498 | 382 | 200.684 | 191.844171.208 |
| Passivos Financeiros | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | |
| Fornecedores | - | - | - | 2.393 | 1.907 |
| Contas a pagar - Eletrobras | - | - | - | 45.523 | 27.170 |
| Financiamentos | - | - | - | 319.039 | 360.058 |
| Partes Relacionadas e dividendos | - | 49.549 | 43.107 | 18.762 | 18.329 |
| Debentures | - | - | - | 218.373 | 257.363 |
| Outras obrigações | - | - | - | 1.680 | 905 |
| Total dos passivos financeiros | | 49.549 | 43.107 | 605.770 | 665.732 |

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.
- A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

15.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

15.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

| | Consolidado | | | | | |
|----------------------------------|--------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Mais de 5 Anos | Total 31/12/2021 |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores | 2.393 | - | - | - | - | 2.393 |
| Contas a pagar | 20.875 | 19.523 | 5.125 | - | - | 45.523 |
| Financiamentos | 26.705 | 26.705 | 53.411 | 201.835 | 267.055 | 575.711 |
| Partes Relacionadas e dividendos | 18.762 | - | - | - | - | 18.762 |
| Outras obrigações | 1.680 | - | - | - | - | 1.680 |
| Debentures | 33.652 | 32.910 | 63.173 | 128.938 | - | 258.673 |
| | 104.067 | 79.138 | 121.709 | 330.773 | 267.055 | 902.742 |

15.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de juros irão afetar o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

15.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

As controladas da Companhia não possuem transações em moeda estrangeira.

15.7. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

As controladas da Companhia estão expostas ao risco de taxa de juros, e índices flutuantes relativos as variações da taxa de IPCA, DI e TJLP. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção principalmente de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

15.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros, IPCA e TJLP ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

| <u>Risco</u> | <u>Instrumentos</u> | <u>Consolidado</u> <u>Varição de 50%</u> |
|--------------|---|---|
| | Ativo Financeiro | |
| Baixa do CDI | Aplicações Financeiras: | 55.872 |
| | Taxa anual estimada do CDI para 2022 | 9,52% |
| | Efeito anual nas aplicações financeiras | 4,76% |
| | Perda | (2.660) |
| | | <hr/> |
| | | (2.660) |
| | Passivo Financeiro | |
| Alta do TJLP | Financiamento | 319.039 |
| | Taxa anual estimada de TJLP + 2,34% | 8,42% |
| | Efeito anual no financiamento | 3,04% |
| | Perda | 9.699 |
| | | <hr/> |
| | Passivo Financeiro | |
| Alta do CDI | Debêntures Série 1 | 148.103 |
| | Taxa anual estimada de CDI + 0,75% | 10,27% |
| | Efeito anual nas Debêntures | 4,76% |
| | Perda | 7.050 |
| | | <hr/> |
| | Passivo Financeiro | |
| Alta do IPCA | Debêntures Série 2 | 70.270 |
| | Taxa anual estimada de IPCA + 3,25% | 8,15% |
| | Efeito anual nas Debêntures | 2,45% |
| | Perda | 1.722 |

15.9. Gestão de risco de crédito

As políticas de crédito das controladas estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

15.10. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

15.11 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

16. CONTAS A PAGAR

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Contas a Pagar | - | - | 45.523 | 27.170 |
| Passivo Circulante | - | - | 40.398 | 25.844 |
| Passivo Não Circulante | - | - | 5.125 | 1.326 |

Refere-se à diferença entre os valores de energia contratada e gerada durante o exercício, ou seja, a Companhia gerou volume menor de energia que a contratada, e que, conforme previsto em contrato de venda estabelecido com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e Eletrobras, nos casos do PROINFA, serão compensados de duas formas:

- a) o valor destacado no passivo circulante será compensado com os faturamentos de energia do próximo exercício (contratos com o PROINFA e CCEE);
- b) o valor destacado no passivo não-circulante será compensado ao final do primeiro quadriênio (contratos com a CCEE).

17. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS
17.1 Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período em troca de contraprestação”.

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

- a) Direito de uso de arrendamentos:

| | Consolidado | | | | |
|---------------------|-------------------------------|--------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| | Período de Depreciação | 2021 | | 2020 | |
| | | Custo | Depreciação | Valor líquido | Valor líquido |
| Terrenos | | | | | |
| Contrato de Locação | Até 2040 | 735 | (100) | 635 | 615 |
| Contrato de Locação | Até 2041 | 863 | (87) | 776 | 636 |
| Contrato de Locação | Até 2042 | 1.085 | (116) | 969 | 797 |
| Contrato de Locação | Até 2045 | 1.235 | (144) | 1.091 | 995 |
| Contrato de Locação | Até 2048 | 349 | (32) | 317 | 306 |
| Contrato de Locação | Até 2049 | 1.191 | (137) | 1.054 | 852 |
| | | 5.458 | (616) | 4.842 | 4.201 |

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

| | Ativos de Direito de Uso |
|----------------------------|---------------------------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 3.313 |
| Adição | 1.134 |
| Depreciação | (246) |
| Saldo em 31/12/2020 | 4.201 |
| Adição | 878 |
| Depreciação | (237) |
| Saldo em 31/12/2021 | 4.842 |

b) Arrendamentos a pagar:

| | Circulante | Não Circulante | Total |
|----------------------------|------------|----------------|--------------|
| Saldo em 31/12/2019 | 133 | 3.371 | 3.504 |
| Adição | - | 1.135 | 1.135 |
| Juros | - | 469 | 469 |
| Transferências | 560 | (560) | - |
| Amortizações | (588) | - | (588) |
| Saldo em 31/12/2020 | 105 | 4.415 | 4.520 |
| Adição | - | 877 | 877 |
| Juros | - | 588 | 588 |
| Transferências | 963 | (963) | - |
| Amortizações | (657) | - | (657) |
| Saldo em 31/12/2021 | 411 | 4.917 | 5.328 |

c) Pis e COFINS a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

17.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16/CPC 06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--------------------------|---------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Despesa de Arrendamentos | - | - | 3.455 | 3.027 |

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 296.258 é representado por 296.258.400 mil quotas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro:

b.1) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial de Lucros – Foi constituída reserva especial de lucros com o saldo remanescente do lucro do período para futura aprovação dos sócios, no montante de R\$ 96.074 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 82.010 em 2020), deduzidas as reservas legais.

c) Distribuição de Lucro:

No exercício de 2021 foram distribuídos lucros no total de R\$ 86.610 (R\$ 16.000 em 2020). Referente a participação dos não controladores, foram distribuídos R\$ 24.281.

19. RECEITA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|------------------------|---------------------|-------------|--------------------|-----------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Receita bruta | | | | |
| Venda de energia | = | = | <u>394.467</u> | <u>350.882</u> |
| Dedução: | | | | |
| Impostos sobre vendas | = | = | <u>(27.714)</u> | <u>(24.357)</u> |
| Receita líquida | - | - | 366.753 | 326.525 |

20. DESPESA POR FUNÇÃO E NATUREZA

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Despesa Classificada por função | | | | |
| Custo da Operação | - | - | (146.176) | (132.698) |
| Gerais e Administrativas | (158) | (165) | (12.527) | (11.215) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | - | 4.433 | 4.517 |
| Total | (158) | (165) | (154.270) | (139.396) |
| Despesa Classificada por natureza | | | | |
| Custo de Operação e Manutenção | - | - | (71.326) | (60.598) |
| Encargos Uso do Sistema e Produção | - | - | (18.022) | (16.486) |
| Arrendamentos | - | - | (3.455) | (3.027) |
| Depreciação | - | - | (53.373) | (52.587) |
| Despesa com Seguros | - | - | (3.190) | (2.759) |
| Despesa com Serviços Profissionais | - | - | (4.053) | (4.611) |
| Outras Despesas Administrativas | (158) | (165) | (5.284) | (3.845) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | - | - | 4.433 | 4.517 |
| Total | (158) | (165) | (154.270) | (139.396) |

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|--------------|-------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receitas aplicações financeiras | 246 | 164 | 5.116 | 2.185 |
| Outras Despesas (Receitas) | - | - | 43 | 163 |
| Receita de Juros | - | - | 35 | 25 |
| Receitas financeiras | 246 | 164 | 5.194 | 2.373 |
| Juros sobre a dívida | - | - | (42.969) | (39.795) |
| Comissionamento | - | - | (539) | (575) |
| Desmobilização | - | - | (460) | (446) |
| Arrendamentos | - | - | (588) | (469) |
| Outros | (12) | (17) | (717) | (1.067) |
| Despesas financeiras | (12) | (17) | (45.273) | (42.352) |

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

22.1. Transações comerciais consolidadas

As aquisições de bens e serviços de partes relacionadas são feitas nas condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, não há incidência de encargos financeiros nessas transações.

22.2. Valores a pagar para acionistas

| | Consolidado | |
|--|-----------------------|----------------------|
| | Aquisição de Serviços | |
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Resultado | - | - |
| Custo de Operação | - | - |
| Aquisição de Serviços | | |
| Wobben Windpower Ltda. | 45.861 | 38.004 |
| Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda. | 21.234 | 18.841 |
| Elecnor do Brasil Ltda. | 2.953 | 2.718 |
| Totais | <u>70.048</u> | <u>59.563</u> |

| | Valores a pagar para partes relacionadas | |
|--|--|---------------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| | - | - |
| Fornecedores | | |
| Wobben Windpower | 1.853 | 3.435 |
| Elecnor do Brasil Ltda. | 229 | 205 |
| Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda. | 4.292 | 4.405 |
| Totais | <u>6.374</u> | <u>8.045</u> |

| | Valores a pagar para acionistas | |
|--|---------------------------------|----------------------|
| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
| Acionistas | | |
| Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE – G | 6.194 | 5.142 |
| Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda. | 6.194 | 5.142 |
| Totais | <u>12.388</u> | <u>10.284</u> |

22.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

| | Posição em 31/12/2021 |
|----------------------------|------------------------------|
| <u>Compromissos</u> | |
| Encargos de Transmissão | 7.390 |
| Arrendamentos | 1.072 |
| Wobben Windpower | 12.989 |
| Totais | <u>21.451</u> |

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.